

PÁG 2 Grupo Técnico apoia atuação da Abraceel em Conselho de Usuários de gás natural

PÁG 4 Instalada comissão especial para apreciar o PL 414/2021

PÁG 6 Abertura de mercado ecoa em discursos na cerimônia de posse de novos diretores da Aneel

PÁG 8 Abraceel na Mídia

PÁG 9 Curtas

PÁG 14 E o Congresso?

PÁG 16 Próxima Semana

 **Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!**

Grupo Técnico apoia atuação da Abraceel em Conselho de Usuários de gás natural

Matéria em 1 minuto:

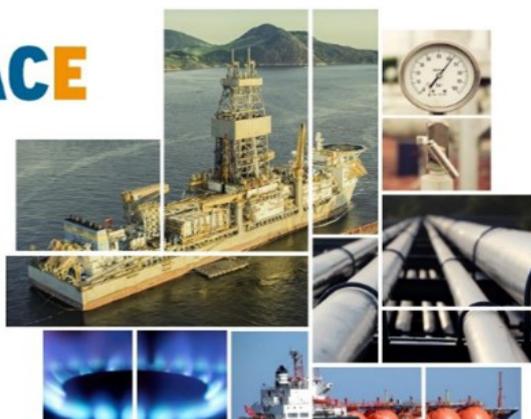
- Seguindo iniciativa da Abrace e do IBP, Abraceel é convidada a participar do Conselho de Usuários de Gás, previsto na Lei do Gás, neste momento em “modelo transitório”;
- O Conselho de Usuários possibilitará que os carregadores participem de forma efetiva nas discussões entre ANP e transportadoras;
- Grupo Técnico destaca a importância da participação da Abraceel e tema será avaliado pelo Conselho de Administração em reunião do dia 14.06.



Tempo de leitura:
2 minutos



Tema: Conselho de Usuários



No dia 01.06, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a proposta e a participação da Abraceel no Conselho de Usuários que está sendo criado pela Abrace e IBP. A Nova Lei do Gás estabelece que os carregadores deverão formar um conselho de usuários, com a finalidade de monitorar o desempenho, a eficiência e os investimentos realizados pelas transportadoras.

Neste momento inicial de transição do mercado de gás, em que estão sendo definidas novas regras e negociados contratos de transporte, um conselho de usuários possibilita que os carregadores participem de forma efetiva nas discussões realizadas entre ANP e transportadoras.

O conselho prevê várias atribuições, como monitorar os custos das transportadoras, emitir manifestações formais sobre custos e tarifas de transporte e atuar para assegurar a oferta de serviços de transporte padronizados pelas transportadoras, entre outras. Também cabe à instância em questão elaborar relatórios sobre não conformidades no transporte e enviá-las à ANP periodicamente.



Existem algumas barreiras para criação de um conselho de usuários definitivo. Então, um modelo transitório, com governança mais simples, é o caminho para garantir desde já a participação efetiva dos carregadores. A Abrace e IBP lideram a iniciativa e a Abraceel foi convidada a fazer parte. A proposta é enviar uma carta à ANP, pedindo a confirmação para criar o Conselho de Usuários e aprovar a governança.

A proposta prevê que cada associação indicará dois representantes, um titular e um suplente, para atuar no colegiado, cujas decisões serão tomadas preferencialmente por consenso. Caso não seja possível, as decisões serão respaldadas por maioria simples considerando os votos do colegiado e dos membros com contratos de transporte vigentes. Além disso, há previsão para que o Conselho de Usuários se reúna ao menos uma vez por mês e que seja criado um site para disponibilizar as suas atividades.

As associadas questionaram se os carregadores também poderiam participar da reunião como ouvintes, o que ainda não está definido, com o objetivo de ampliar a participação. Outra manifestação indicou que, como existe previsão legal para a criação do Conselho de Usuários, é importante a Abraceel participar desde já.

A conveniência e oportunidade de participação no Conselho de Usuários será discutida com o Conselho de Administração da Associação. A proposta está disponível na área restrita do [associado](#).

Instalada comissão especial para apreciar o PL 414/2021

Matéria em 1 minuto:

- O deputado federal Cacá Leão (PP-BA) presidirá a comissão e Fernando Filho (União-PE) continuará como relator da proposta;
- Na comissão especial, o PL 414/2021 será votado de forma conclusiva, podendo dispensar aprovação no Plenário da casa, caso não haja pedido para tanto;
- Após votação na comissão especial, há possibilidade de a matéria ser levada ao Plenário, caso um deputado federal apresente recurso para tal e seja acompanhado por, no mínimo, 52 deputados.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 01.06, o presidente da Câmara dos Deputados instalou uma comissão especial que vai analisar o PL 414/2021, que dispõe sobre a portabilidade da conta de luz. O movimento ocorreu em meio a escalada de notícias na mídia que relacionam o Centrão à suposta proposta para construção de gasodutos.

O deputado federal Cacá Leão (PP-BA) presidirá a comissão e Fernando Filho (União-PE) continuará como relator da proposta.



(Deputado Cacá Leão)

Na ocasião, deputados relacionados ao setor estiveram presentes, como Rodrigo de Castro (União-MG), um dos autores do PL 1.917/2015 (portabilidade da conta de luz), Édio Lopes (PL-RR), relator desse PL, Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), membro da comissão de Minas e Energia, Paulo Ganime (Novo-RJ) e Lafayette de Andrada (Republicanos-MG).

Em março, a Mesa Diretora despachou a matéria para as comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Defesa do Consumidor; Minas e Energia; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando que seria criada a comissão especial. No entanto, havia a expectativa de se aprovar um requerimento de urgência e levar a matéria diretamente a Plenário.



Na terça-feira, porém, durante sessão do Plenário, foi lido o ato de criação de comissão especial e agendada sua instalação para o dia seguinte (01.06). O ato ocorreu logo após a realização de audiência pública na qual associações e entidades do setor elétrico criticaram suposta solução para construção de gasodutos, com ameaças do deputado Elias Vaz (PSB-GO) de levar o assunto ao TCU.

A criação da comissão especial não impede que ainda haja um requerimento que leve o projeto para ser analisado em Plenário, mas é comum que a comissão especial siga seu rito regimental, que é o seguinte: a partir de hoje, está aberto o prazo de cinco sessões para que sejam oferecidas emendas ao projeto. Em seguida, o relator pode se manifestar sobre o texto, apresentando seu relatório, pois ainda não há um. Após a apresentação do relatório, ainda há espaços para aprimoramentos no texto.

Na comissão especial o projeto será votado de forma conclusiva, podendo dispensar aprovação pelo Plenário da Câmara e seguir direto para o Senado Federal. Por outro lado, havendo recurso assinado por, no mínimo, um décimo dos deputados da Casa, a matéria deverá ser apreciada por todos os deputados, ou seja, tramitar pelo Plenário antes de seguir para o Senado Federal.

Abertura de mercado ecoa em discursos na cerimônia de posse de novos diretores da Aneel

Matéria em 1 minuto:

- Hέλvio Guerra e Ricardo Tili tomaram posse como diretores da Aneel em concorrida cerimônia, com auditório lotado e presença de autoridades públicas;
- Reconduzido, Hέλvio Guerra citou a Abraceel e defendeu a abertura de mercado, mencionando que se dedicará para que essa ocorra de maneira equilibrada;
- O ministro de Minas e Energia, em mensagem registrada em vídeo, destacou a abertura de mercado e a modernização do setor como objetivos.



Tempo de leitura:
2 minutos



Em concorrida cerimônia, que contou com um auditório lotado e a presença de diversas autoridades, Hέλvio Guerra e Ricardo Tili tomaram posse como diretores da Aneel.

Em seu discurso, o diretor Hέλvio citou a Abraceel e defendeu a abertura de mercado, mencionando que se dedicará para que essa ocorra de maneira equilibrada.

Ricardo Tili, por sua vez, destacou que buscará, incansavelmente, a promoção de um serviço de energia elétrica com a qualidade que o consumidor brasileiro merece, e prometeu trabalhar com afinco junto ao MME, Parlamento, agentes do setor e sociedade.

O ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, em mensagem de boas-vindas registrada em vídeo, também destacou a abertura de mercado e a modernização do setor como objetivos frente ao “acelerado processo de transição energética, impulsionado pela descarbonização da matriz, pela descentralização da geração de energia, pelo empoderamento do consumidor e pela digitalização”.

Já a Diretora-Geral substituta da Aneel, Camila Bomfim, animou os novos diretores ao destacar que “é fascinante pensar no futuro do setor elétrico, em todas as inovações que batem a nossa porta”. A cerimônia ocorreu no dia 02.06 na sede da Aneel e contou com a presença da diretoria da Abraceel.



Sobre os diretores empossados



Ricardo Lavorato Tili é advogado especialista em Direito de Energia, e em Comercialização de Energia Elétrica. Foi diretor de Regulação e Comercialização da Eletronorte, gerente de Mercado e Contratação de Energia da Eletrobras Distribuição Rondônia e gestor do Plano de Recuperação de Créditos do Fundo Setorial (CCC) para empresas de distribuição do grupo Eletrobras. Também integrou o time da Uzzi Energy, associada da Abraceel. Tili seguirá na diretoria da ANEEL até maio de 2025, na vaga decorrente do término do mandato de Sandoval Feitosa, que assumirá como Diretor-Geral a partir de 14 de agosto.

Hélvio Neves Guerra é Engenheiro Eletricista graduado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá - EFEI (1979), Mestre em Engenharia Elétrica também pela EFEI (1981) e Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Unicamp (2001). Entre 2019 e 2020 ocupou o cargo de secretário adjunto da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME. Entre 2001 e 2019, trabalhou na ANEEL ocupando as superintendências de Estudos e Informações Hidrológicas, de Licitações e Controle de Contratos, de Concessões e Autorizações de Geração e de Fiscalização dos Serviços de Geração. Entre 2006 e 2010 foi presidente da Comissão Especial de Licitações da ANEEL, responsável pelos leilões de energia e linhas de transmissão. Ocupa assento na Diretoria da ANEEL desde novembro de 2020, onde ficará até maio de 2024.





ABRACEEL NA MÍDIA

Q Buscar

Valor Suplementos

Abr

Abertura do mercado livre deve impulsionar negócios

Calendário eleitoral e emendas fora do mérito colocam aprovação do projeto de lei em risco

Por Roberto Rockmann — Para o Valor, de São Paulo
30/05/2022 05:03 · Atualizado há 4 dias

ABERTURA DO MERCADO LIVRE DEVE IMPULSIONAR NEGÓCIOS

I Valor Econômico

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

PODER 360

Câmara cria comissão especial para abertura do mercado de energia

Comissão vai debater proposta de modernização do setor elétrico, deputado Cacá Leão (PP-BA) foi presidente



CÂMARA CRIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ABERTURA DO MERCADO DE ENERGIA

I Poder 360

[Veja a matéria completa clicando aqui.](#)





CURTAS

Gentil Nogueira deverá ser o novo Secretário de Energia Elétrica do MME

Em 01.06, a Diretora-Geral Substituta da Aneel, Camila Bomfim, assinou Portaria que anuiu a cessão do servidor Gentil Nogueira de Sá Junior para ocupar o cargo de Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia. A nomeação ainda depende de portaria da Casa Civil. Gentil ocupava o cargo de Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG) da Aneel.



Gentil é engenheiro mecânico formado pela Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI em 2001, com especializações em Direito Regulatório da Energia Elétrica (2009) e Análise de Impacto Regulatório – AIR (2017), ambas pela Universidade de Brasília – UnB. Iniciou sua carreira em 2001, na indústria de fornecimento de equipamentos eletromecânicos para geração de energia elétrica. Em 2007 foi admitido na ANEEL, tendo atuado nas áreas de fiscalização da geração (2007-2008), regulação da geração (2008-2014) e regulação econômica e de mercado (2014-2016). Atuou como superintendente adjunto de Regulação dos Serviços de Geração – SRG entre 2016 e 2019. Assumiu a SFG em maio de 2019.

Ipea: Redução de 10% no preço da energia elétrica elevaria o PIB em 0,45 ponto percentual

Pesquisa apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no dia 30.05, simula o impacto da redução da tarifa de energia nos indicadores de crescimento econômico regional. Como resultado, observou-se que uma queda no preço de energia de 10% produziria um aumento do PIB brasileiro em 0,45 ponto percentual. Caso a economia com o custo da energia tivesse sido de 10% em 2021, o crescimento do PIB poderia ter sido de 5,05%, quase R\$ 40 bilhões a mais de geração de riqueza. Além disso, o estudo leva em consideração o PL 414/2021, que trata da modernização do setor elétrico e promove a concorrência e liberdade de escolha a todos os consumidores brasileiros. Confira a íntegra da pesquisa [aqui](#).

Aneel abre consulta pública sobre compra de excedentes de GD pelas distribuidoras

A Aneel abriu a [Consulta Pública 31/22](#), que tem por objetivo obter subsídios sobre a proposta de regulamentação dos artigos 21 e 24 da Lei 14.300/2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes das distribuidoras decorrentes de micro e minigeração distribuída (MMGD). A proposta prevê a consideração como sobrecontratação involuntária das quantidades de energia resultantes da opção dos consumidores pelo regime de MMGD, e regulamenta a compra pelas distribuidoras, por meio de chamadas públicas, dos excedentes de energia de detentores de MMGD. A CP recebe contribuições até o dia 18.07.



ENASE 2022 começa dia 8 e discutirá perspectivas setoriais até 2026

Na próxima semana, nos dias 8 e 9.06, no Expo Mag, Rio de Janeiro, será realizado o Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (ENASE), evento que reúne os principais líderes do setor elétrico. O tema principal é “Um olhar para 2023-2026” relacionando o futuro e as perspectivas para os próximos anos e as eleições no Brasil. As associadas da Abraceel têm desconto de 10% utilizando o código 10ABRACEEL. Para mais informações, clique [aqui](#). Rodrigo Ferreira será palestrante no primeiro dia do evento, às 11h30.



ENASE ENCONTRO NACIONAL DE AGENTES DO SETOR ELÉTRICO

08 JUN / 11h30

PAINEL 2:
A visão dos Agentes sobre os desafios de 2023-2026

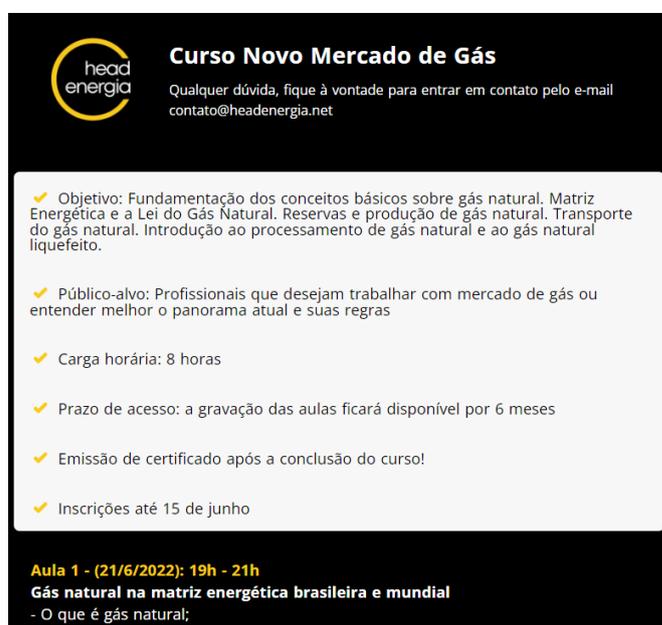
RODRIGO FERREIRA
Presidente, ABRACEEL

INSCREVA-SE

Curso explica o Novo Mercado de Gás

Ministrado por Fernanda Delgado em parceria com a Head Energia, o curso abordará temas como fundamentação dos conceitos básicos sobre gás natural, matriz energética e a legislação que regula o

mercado de gás natural; reservas, produção, transporte e processamento de gás natural, e aspectos sobre gás natural liquefeito. Para mais informações e inscrições, até 15 de junho: <https://pay.kiwify.com.br/s3cJFvv>. O curso será realizado nos dias 21, 23, 28 e 30 de junho, das 19h às 21h, e as aulas ao vivo serão gravadas e ficarão disponíveis por seis meses. Dúvidas e compras corporativas: contato@headenergia.net. Profissionais de empresas associadas da Abraceel têm 5% de desconto



head energia

Curso Novo Mercado de Gás

Qualquer dúvida, fique à vontade para entrar em contato pelo e-mail contato@headenergia.net

- ✓ Objetivo: Fundamentação dos conceitos básicos sobre gás natural. Matriz Energética e a Lei do Gás Natural. Reservas e produção de gás natural. Transporte do gás natural. Introdução ao processamento de gás natural e ao gás natural liquefeito.
- ✓ Público-alvo: Profissionais que desejam trabalhar com mercado de gás ou entender melhor o panorama atual e suas regras
- ✓ Carga horária: 8 horas
- ✓ Prazo de acesso: a gravação das aulas ficará disponível por 6 meses
- ✓ Emissão de certificado após a conclusão do curso!
- ✓ Inscrições até 15 de junho

Aula 1 - (21/6/2022): 19h - 21h
Gás natural na matriz energética brasileira e mundial
- O que é gás natural;

Em reunião com ANP, Abraceel pede atuação para evitar conflitos de competências

No dia 03.06, a Abraceel se reuniu com o Superintendente de Infraestrutura e Movimentação da ANP, Hélio Bisaggio, para analisar conflitos de competência existentes entre as regulações estaduais e federal que versam sobre o mercado livre de gás natural, assunto documentado em carta da Abraceel à agência reguladora em maio. Na ocasião, a Abraceel pontuou os principais conflitos existentes que impactam o

desenvolvimento do mercado livre de gás natural, sendo eles: (i) requerimento de autorização estadual para atuação do comercializador; (ii) fiscalização estadual da atividade de comercialização; (iii) registro estadual dos contratos de comercialização; (iv) obrigatoriedade de divulgação pelos reguladores estaduais dos preços dos contratos; (v) exigência de comprovação de lastro de gás às agências estaduais; (vi) definição das tarifas específicas e ramais dedicados; e (v) responsabilização dos comercializadores pela qualidade do gás comercializado. Por fim, a Abraceel solicitou a atuação do regulador federal para evitar o aumento dos conflitos de competências entre entes federados. A íntegra da carta enviada pela Abraceel está disponível na área restrita do site, em “Cartas Abraceel”.

CCEE disponibiliza decks sombra com as alterações aprovadas pela Cpamp

A CCEE divulgou no dia 26.05 os decks sombra dos modelos Newave, Decomp e Dessem, para que os agentes se preparem para as alterações aprovadas pela CPAMP para janeiro de 2023. Os decks que foram publicados são os referentes aos meses de janeiro a abril, processados nas versões vigentes com as implementações aprovadas ativas. Publicações futuras serão realizadas quando todos os dias das execuções oficiais do modelo Dessem dos demais meses estiverem disponíveis para o processamento sombra. Para mais informações sobre como consultar os decks sombra acesse o [link](#).

GT-Abraceel recebe contribuições sobre exportação de energia

Em vista da instauração da CP 20/2022 pela Aneel, com o objetivo de aprovar as regras e procedimentos de comercialização sobre exportação de energia proveniente de usinas termelétricas da Argentina e do Uruguai, a Abraceel solicitou que as associadas enviem suas sugestões sobre o tema para o e-mail gt@abraceel.com.br até o dia 10.06, para subsidiar eventual contribuição da Associação. No site da Abraceel, na aba “Documentos gerais”, está disponível um resumo sobre os principais pontos das propostas de interesse dos comercializadores.

Energia Mais Consciente: Abraceel realiza reuniões individuais com associadas

Desde o lançamento oficial do projeto Energia Mais Consciente (E=MC²), a equipe da Abraceel tem realizado diversas reuniões de esclarecimento com empresas associadas interessadas em oportunidades de investimento e participação. Idealizado em parceria com a BackStage Eventos, a iniciativa tem como objetivo aproximar a sociedade do tema energia elétrica por meio de recursos tecnológicos e sensoriais, colocando o consumidor no centro do debate. Com estrutura itinerante, o objetivo inicial é atingir 100 mil pessoas em três capitais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), além de milhões de pessoas em mídia orgânica e programáti-



ca, provocando diálogo sobre temas como transição energética, desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica, liberdade de escolha e consumo consciente de energia elétrica. A apresentação do projeto está disponível na área restrita do associado. Caso sua empresa tenha interesse em saber mais sobre as características e os valores do projeto, basta solicitar pelo e-mail abraceel@abraceel.com.br e a equipe Abraceel a atenderá.

TCU procura a Abraceel para discutir planejamento da operação e formação de preços

Representantes do Tribunal de Contas da União se reuniram com a Abraceel no dia 30.05 com o objetivo de colher subsídios para preparar um processo de auditoria sobre planejamento da operação do setor elétrico, incluindo a governança, premissas, eficiência dos modelos computacionais utilizados e impactos na segurança de abastecimento e no custo da energia elétrica. O relator do processo é o Ministro Benjamin Zymler. Na reunião, os auditores buscaram colher a percepção da Abraceel em relação à operação do SEB, governança e desafios do planejamento da operação e formação de preços.

Aneel abre tomada de subsídios sobre parcelamento de débitos na CCEE

Foi aberta a Tomada de Subsídios 10/2022 pela Aneel, cujo objetivo é regulamentar os critérios para parcelamento de penalidades, multas e valores inadimplidos de

Encargo de Energia de Reserva no âmbito da CCEE. A Abraceel irá avaliar a documentação da TS e discutir o assunto com o Grupo Técnico. Contribuições poderão ser enviadas até o dia 01.08.

Arsesp irá discutir biometano e GT recebe contribuições das associadas

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) está realizando Workshop online sobre selo verde e incentivos ao biometano. O evento é composto por duas etapas: (i) reunião online para os interessados apresentarem impressões sobre o tema no dia 07.06; e (ii) questionário online disponível para resposta até 14.06. Um dos pontos sugeridos pela agência reguladora paulista é a possibilidade de a concessionária de gás oferecer para os usuários cativos a escolha entre o gás natural e biometano, mediante repasse do preço da molécula do gás na sua tarifa individual. Nesse sentido, de modo a subsidiar eventual contribuição da Abraceel na discussão, solicitamos, por gentileza, que sugestões às propostas sejam enviadas para gt@abraceel.com.br até o dia 08.06.

Fórum do Gás emite nota sobre o PL do gás no RN

Fórum do Gás divulgou um comunicado que busca chamar a atenção do Poder Legislativo do Rio Grande do Norte para o projeto de lei que visa estruturar o mercado local de gás. Na nota, o Fórum ressalta a importância do RN no processo de de-



envolvimento no novo mercado de gás, já que desde o início de 2022 esse estado começou a ter suprimento de gás natural fornecido diretamente pelas empresas produtoras. Todavia, o Fórum ressalva que o PL, da maneira que está escrito, não beneficia diretamente todas as partes envolvidas no mercado, como comercializadores, consumidores e produtores, mas somente a distribuidora do estado. No alerta, as associações signatárias, entre elas a Abraceel, pedem melhorias na proposta descrita no PL.

Abraceel se reúne com a SIGA Gestora de Recursos

Em 01.06, a Abraceel se reuniu com Leonardo Ritzmann Loures, diretor da SIGA Gestora de Recursos, que realizou apresentação da empresa. A SIGA busca ser alternativa de financiamento para o setor elétrico, em especial para as comercializadoras independentes e geradores do mercado livre, na estruturação de instrumentos de captação de recursos do mercado de capitais. Segundo Leonardo, a SIGA busca utilizar o fluxo de recebíveis advindos de contratos de comercialização e gestão de energia para customizar operações de crédito e adequá-las às necessidades de cada tomador. A apresentação da empresa está disponível na [área do associado](#).





Em mais uma semana de atividades, Câmara dos Deputados mostrou que está de olho na conta de luz.

Nesta semana, a Casa realizou audiências públicas para debater o setor de energia. Na terça, 31.05, houve discussão sobre reajuste das bandeiras tarifárias e política de uso de termoelétricas movidas a gás natural. No dia seguinte, mais uma vez discutiu-se o preço da energia e houve também debate sobre a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu.

No debate sobre Itaipu estiveram presentes o embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, Secretário de Negociações bilaterais e multilaterais nas Américas do Ministério das Relações Exteriores, o vice-almirante Anatalicio Risdén Junior, diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional, e Agnes da Costa, chefe da assessoria especial em assuntos regulatórios do MME.

Na ocasião, as autoridades afirmaram que as discussões com o Paraguai preservam o que está escrito no Tratado e que a prioridade do Brasil é dar continuidade ao papel de Itaipu e nas relações com o país vizinho. No acordo entre Brasil e Paraguai para construção da usina, em 1973, foi estipulada a possibilidade de revisão dos termos 50 anos depois, em 2023, quando a dívida da obra será extinta. Mas, como a dívida representa 66% da tarifa, a discussão entre os países pode representar redução já a partir deste ano.

Também está sendo discutida, em razão da revisão do acordo, a obrigatoriedade de o país vizinho vender para o Brasil a energia excedente de Itaipu, sendo que cada um tem direito à metade da geração. Hoje, o Brasil compra cerca de 30% da parte paraguaia. Para o Paraguai, a energia de Itaipu significa 85,6% do total consumido no país. Para o Brasil, 8,4%. Na revisão do acordo, o Paraguai poderá pedir para vender livremente a sua parte.

E o PL 414? A “semana que vem” chegou. Contrariando a expectativa inicial de levar a matéria diretamente a Plenário via requerimento de urgência, foi instalada a comissão especial para análise da matéria, assim como aconteceu com o irmão gêmeo PL 1917. Na matéria “Instalada comissão especial para apreciar o PL 414/2021” há mais detalhes sobre o processo.



Conforme prometido pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, projetos com o objetivo de reduzir a conta de luz entraram na pauta. Ainda na terça, foram aprovados os requerimentos de urgência para o [PL 1143/2021](#), que cria mecanismos de redução da tarifa via devolução de créditos tributários de PIS/Cofins, e para o [PL 3677/2021](#), que cria transparência e regras de composição de preços de derivados de petróleo praticados pela Petrobras. As matérias estão tramitando em regime de urgência, mas ainda não foram deliberadas.

Senado se antecipa. O senador Fábio Garcia (União-MT) teve seu projeto provado (PL 1280/2022), determinando a devolução dos créditos de PIS/Cofins que as empresas de distribuição cobraram a mais dos consumidores, na forma de redução de tarifas. O texto é similar ao PL 1143/2021 que está na Câmara e teve requerimento de urgência aprovado. O relator da matéria foi o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que modificou a matéria para prever que a compensação será na forma como determina a Lei 9.250/1995. No texto original do projeto, a correção seria via Selic. Confira o relatório aprovado [aqui](#).



 **PRÓXIMA
SEMANA**

06.06 - Segunda-feira: Rodrigo Ferreira e Frederico Rodrigues se reúnem com Felipe Salto, Secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, às 10h;

Jantar “Abraceel nas eleições” com o deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ), às 20h, no Rio de Janeiro. Mais informações foram enviadas aos representantes por e-mail no dia 26.05.

07.06 - Terça-feira: Rodrigo Ferreira conversa sobre o mercado livre de energia e o PL 414/2021 com o jornalista Vinicius Torres Freire, ex-secretário de redação e colunista do jornal Folha de S. Paulo, às 11h30;

Danyelle Bemfica participa do workshop promovido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) sobre Selo Verde e incentivos ao biometano, às 14h;

Alexandre Lopes participa do 21º Seminário de Planejamento Econômico-Financeiro e de Regulação do Setor Energético Brasileiro da Fundação COGE, às 14h, em Foz do Iguaçu.

08.06 - Quarta-feira: Rodrigo Ferreira participa do painel “A visão dos agentes sobre os desafios de 2022-2026” do Enase, às 11h30, no Rio de Janeiro.

09.06 - Quinta-feira: Vice-Presidência de Energia acompanha o Webinar do GT Metodologia da Cpamp sobre “unit commitment hidráulico”, às 9h.